

HERMENÊUTICA E NARRATIVA GENÉTICA DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA EM *RAÍZES DO BRASIL*

Raphael Guilherme de Carvalho¹
E-mail: raphaelguilherme83@gmail.com

RESUMO

O trabalho que proponho tem por objetivo investigar a narrativa (os padrões narrativos que sustentam a constituição de sentido sobre a representação das raízes brasileiras) operada por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, seu “estudo compreensivo” (conforme o define na primeira página da primeira edição, de 1936). Com base na tipologia da narrativa histórica proposta pelo teórico da história alemão Jörn Rüsen, parte-se da historicidade da obra para tentar identificar os traços de escrita da história que o vinculam, primeiro, ao historicismo (com sua ênfase na noção de mudança temporal e abordagem hermenêutica), segundo, a um tipo genético (que privilegia a apreensão da mudança temporal) e crítico (que nega parte da tradição de estudos históricos brasileiros) de narrativa histórica.

Palavras-chave: Sérgio Buarque de Holanda, Hermenêutica, Historicismo, Narrativa, Historiografia.

ABSTRACT

This paper aims to investigate the narrative (or the constitution of meaning about the representation of brazilian roots) powered by Sérgio Buarque de Holanda in *Raízes do Brasil*, his “comprehensive study” (as defined on the first edition, 1936). Based on the typology of the historical narrative proposed by Jörn Rüsen its assumed the historicity of the work to try to identify the traits of history writings that associate him first to historicism (which emphasize the notion of temporal change and hermeneutical approach), second to a genetic type (which favours the apprehension of temporal change) of historical narrative.

Keywords: Sérgio Buarque de Holanda, Hermeneutics, Historicism, Narrative, Historiography.

Eu vejo [...] a concepção de história do historicismo clássico como um ponto de partida para abordar uma importante dimensão do pensamento histórico. Trata-se de uma dimensão em que passado e presente se encontram numa interação que vai além de uma mera relação interpretativa a posteriori [...]; é uma dimensão onde predomina um “nexo interno” (Ranke) peculiar entre passado e presente.

RÜSEN, J. Pode-se melhorar o ontem?
Sobre a transformação do passado em história.

¹ Mestrando em história na Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR), sob a orientação da Professora Dra. Helenice Rodrigues da Silva. Bolsista do CNPq.

“A história não é prisão ao passado. Ela é mudança, é movimento, é transformação” (COELHO, 1976, p. 84-93). Sérgio Buarque de Holanda deu essa declaração em entrevista à revista *Veja* em 1976, quatro anos após a publicação de seu último trabalho de maior fôlego (*Do Império à República*, 1972) e alguns anos antes de vir a falecer. No entanto, desde sua obra de estreia, o ensaio de interpretação histórica *Raízes do Brasil* (1936), pode-se perceber o mesmo compromisso com uma visão de história dotada de temporalidade complexa, que articula, do ponto de vista do presente, a representação da experiência passada com vistas à sondagem das condições de possibilidade de futuro próximo e orientação do agir.

O trabalho que proponho tem por objetivo investigar a narrativa operada por Sérgio Buarque de Holanda em seu “estudo compreensivo” (HOLANDA, 1936, p. 3). Com base na tipologia da narrativa histórica proposta pelo teórico da história alemão Jörn Rüsen, parte-se da historicidade da obra para tentar identificar os traços de escrita da história que o vinculam, primeiro, ao historicismo (com sua ênfase na noção de mudança temporal e metodologia hermenêutica), segundo, a um tipo genético (que privilegia a apreensão da mudança temporal) de narrativa histórica (RÜSEN, 2010, p. 51-77).

A partir da “matriz disciplinar” da ciência histórica, Rüsen proporá uma renovada, mas francamente inspirada no historicismo, compreensão dos fundamentos do conhecimento histórico. A matriz disciplinar ou o paradigma da ciência da história, no âmbito cultural, articulando procedimentos científicos com a vida prática, é uma inter-relação sistemática de cinco fatores: primeiro, os *interesses de conhecimento*, através dos quais as necessidades de orientação da sociedade se prolongam para dentro da disciplina científica; segundo, as *ideias*, perspectivas orientadoras da experiência sobre o passado, no presente histórico; terceiro, as *regras metódicas* da pesquisa empírica, que definem o estatuto científico ou normativo da disciplina histórica; quarto, as *formas* de apresentação do conhecimento histórico, ou seja, a competência narrativa, onde se dá o processo de argumentação e convencimento; quinto, as *funções* de orientação cultural do agir humano no contexto existencial do próprio historiador.

Quanto à narrativa (no quarto passo da matriz disciplinar), a diferença de Rüsen para com a *linguistic turn* e a crítica pós-moderna é que aí os procedimentos linguísticos da representação histórica são tomados como o determinante básico do pensamento histórico em detrimento das operações metódicas da pesquisa, “a qualidade estética da

história [...] contraposta à racionalidade metódica de seu conhecimento” (RÜSEN, 2000, p. 150). Em última análise, sua *matriz disciplinar* defende que a ciência histórica tem por função cultural a “constituição de sentido” – orientação das intenções, motivações e planos do agir racional – sem dissociar o acontecimento de suas interpretações.

Essa constituição de sentido, que se realiza na narratividade, tem repercussão prática, como função cultural, de modo a animar a consciência histórica:

[...] o pensamento histórico é fundamental para os homens se haverem com suas próprias vidas, na medida em que a *compreensão do presente* e a projeção do futuro somente seriam possíveis com a *recuperação do passado* [...]. As carências de orientação no tempo são transformadas em interesses precisos no conhecimento histórico na medida em que são interpretadas como *necessidade de uma reflexão específica sobre o passado*. Essa reflexão específica reveste o passado do caráter de “história” [grifos meus] (RÜSEN, 2001, p. 30-1).

Convertido em história por representações narrativas portadoras de sentido, o passado prolonga-se pela continuidade na direção dos projetos de futuro diretores do agir e sofrer. A narrativa media passado e presente e realiza a consciência histórica. Possibilita a orientação prática no tempo, sem a qual é impossível que os seres humanos encontrem seu caminho. Ela é vista na teoria da história de Rüsen como prática cultural de interpretação do tempo, antropologicamente universal e, no âmbito da versão científica do pensamento histórico, é o lugar do argumento, do convencimento, “um tipo de explicação que corresponde a um modo próprio de argumentação racional” (RÜSEN, 2001, p. 157).

Nos trabalhos mais recentes de Rüsen, percebe-se que a propriedade narrativa de representar a continuidade constitutiva da identidade – a síntese entre experiência e expectativa do tempo – reabilita, inclusive, a história como lugar do utópico e de felicidade possível. O sentido das histórias narradas vai além da experiência e se liga a expectativas de futuro, conciliadoras do peso da experiência com a leveza da esperança (RÜSEN, 2011, p. 263).

Rüsen distingue quatro tipos fundamentais de constituição de sentido por meio de narrativas históricas: tradicional, exemplar, crítica e genética (RÜSEN, 2010, p. 93-108). Sérgio Buarque de Holanda seria um historiador afeito a um modo narrativo genético, que enfatiza a transformação histórica. Ou seja, confere importância fundamental à presença da experiência histórica (atuante) no presente, necessária no direcionamento/orientação das expectativas futuras. Ainda segundo a tipologia de Rüsen, a narrativa crítica é, simplificada, aquela que contradiz as diretrizes

vigentes do pensamento histórico (Sérgio Buarque de Holanda, ao negar a tradição, também se mostra afeito a esse tipo); a narrativa exemplar oferece modelos de exemplos abstratos com intenção de direcionar o agir; e a narrativa tradicional constitui sentido pela eternização de um determinado sujeito histórico, fazendo recair o acento sobre as permanências e eclipsando as transformações. O ensaio de interpretação histórica de Sérgio Buarque de Holanda constitui um *sentido para a mudança temporal*.

Ao abrir *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda o define como um “estudo compreensivo” das formas culturais herdadas da tradição ibérica pelo processo de colonização. Sérgio Buarque procura responder, nele, até que ponto “representamos as formas de vida, as instituições e as visões de mundo de que somos herdeiros e de que nos orgulhamos” (HOLANDA, 1936, p. 3). O ensaio, então, é caracterizado pelo próprio autor como um esforço de compreensão. Atravessa-lhe uma problemática hermenêutica, portanto. A expressão “estudo compreensivo” tem recebido pouca atenção dos glosadores e estudiosos da obra buarquiana.¹ Contudo, implica na inserção do autor e da obra numa tradição de debates complexa, abrangente e um tanto recuada no tempo. Com isso, é interessante notar como, para além de Weber, o ensaio buarquiano é carregado de densas referências apropriadas do pensamento alemão.² Sem pretender, evidentemente, negar a presença e influência weberiana, aspiro chamar atenção para a

¹ Diversos estudos foram e ainda têm sido dedicados à compreensão de *Raízes do Brasil*. Tentei organizá-los – antecipando as escusas por possíveis falhas e esquecimentos e deixando claro que não se trata de nenhuma tipologia estanque, e sim, uma forma de organizar – dividindo-as em a) ensaios críticos, b) coletâneas de textos do próprio Sérgio Buarque, c) teses e dissertações acadêmicas. São elas: a) a edição especial da *Revista do Brasil*, 1987, por seu amigo Francisco Assis Barbosa; *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*, por Arlinda Nogueira, 1988; Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil, 1988, por Antonio Candido; os anais do 3º. Colóquio UERJ, 1992, dedicado a Sérgio Buarque; e, mais recentemente, uma grande obra coletiva, *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, 2008, organizada por P. M. Monteiro e J. K. Eugênio; b) *Sérgio Buarque de Holanda*, 1985, coletânea sob responsabilidade de Maria Odila Leite da Silva Dias; *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*, 1988, preparada por Francisco Assis Barbosa; *Capítulos de Literatura Colonial*, 1990, por Antonio Candido; em 1996, o *Livro dos Prefácios e O Espírito e a Letra* (2 vols.), por Antonio Arnoni Prado; mais recentemente, os *Escritos Coligidos* (2 vols.), organizados por Marcos Costa; c) entre outros, Marcus Vinicius Correa Carvalho defendeu a dissertação *Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida* na Unicamp em 1997 e em 2003 a tese de doutorado *Outros lados: Sérgio Buarque de Holanda: crítica literária, história e política (1920-1940)*; Pedro Meira Monteiro defendeu a tese “A Queda do Aventureiro” na Unicamp em 1999; Robert Wegner publicou *A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*, em 2000, como resultante de sua tese de doutoramento; João Kennedy Eugênio defendeu o doutorado na UFF em 2010 com a tese *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e Fronteiras*; Thiago Nicodemo produziu a dissertação *Urdidura do Vivido: Sérgio Buarque de Holanda e Visão do Paraíso nos anos 1950* em 2008 e em 2011 a tese de doutorado *Alegoria Moderna: consciência histórica e figuração do passado na crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda*.

² Apesar de desde a mocidade leitor frequente de autores alemães, como Goethe, Sérgio Buarque de Holanda intensifica seu contato com o “pensamento alemão” durante a estada em Berlim, entre 1929-1930 (BARBOSA, 1988, p. 27-54).

discussão realizada na Alemanha pelo menos desde a segunda metade do século XIX envolvendo a constituição das ciências humanas – discussão atravessada pelo debate em torno das disputas entre as noções de compreensão e explicação pelas ciências humanas e naturais. Nesse debate as figuras de proa são Schleiermacher (1768-1834), Johan Gustav Droysen (1808-1884), Wilhelm Dilthey (1833-1911) e, entre outros, o próprio Max Weber (1864-1920). *Raízes do Brasil* é informado nesse debate.

Antonio Candido, comentando o crivo compreensivo do ensaio, diria de *Raízes do Brasil* que ele é “o único [de todos os livros de Sérgio] do qual se pode dizer que é meio ‘alemão’” (CANDIDO, 1989, p. 119-129). Candido destaca a imersão de Sérgio Buarque em “poderosa corrente hermenêutica”, que valoriza a intuição e os saltos qualitativos da minúcia à generalização, e a identificação simpática com o objeto de estudo. O enfoque compreensivo do estudo de Sérgio Buarque é “forma quase misteriosa de penetrar o objeto”. Maria Odila Dias, associando Sérgio Buarque ao historicismo e à hermenêutica, comenta que pelo exercício da compreensão, Sérgio Buarque, como Dilthey e outros, tornava-se observador participante de valores peculiares de outras épocas históricas: “era uma forma de conhecimento temporário e provisório, que se renovava, que a seu ver possibilitava certo [...] exorcismo crítico, capaz de libertar os indivíduos do peso de suas tradições e valores imutáveis” (DIAS, 1988, p. 73-9).

Desde a sua atividade de crítico literário e militância modernista, entre os anos 1920 e 1926, Sérgio Buarque apresenta uma inclinação para tais questões, tributária, a meu ver, de suas leituras no âmbito do romantismo. Sérgio Buarque fora leitor assíduo e constante de J. W. Goethe (1749-1832). O poeta alemão, uma das primeiras referências intelectuais de Sérgio Buarque de Holanda.¹ Mesmo antes ainda de sua viagem à Alemanha, no artigo *Perspectivas*, publicado na revista *Estética*, revista modernista de crítica literária que circulou entre 1924 e 1925, Sérgio Buarque diria que “nada do que vive se exprime impunemente em vocábulos” (HOLANDA, 1996a, p. 214). Este artigo tem

¹ Já em 1920, no primeiro artigo enquanto crítico de rodapé publicado pelo autor, ele fazia menção a Goethe. O artigo intitulava-se “Originalidade literária” e fora publicado no *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista, em 22 de abril de 1922, data comemorativa do descobrimento do Brasil. A publicação foi favorecida por Affonso d’Escagnole Taunay, professor de história de Sérgio Buarque no Colégio São Bento e amigo de seu pai. No artigo, percebem-se elementos que permitem observar quais problemas o preocupavam e que, de certa forma, seriam desdobrados posteriormente em sua obra de crítico e historiador. A temática da “espontaneidade”, por exemplo, encontra-se desde já em seus trabalhos. Sobre Goethe, Sérgio Buarque disse que “razões de sobra” tinha o poeta para afirmar que “o homem é sempre o assunto mais interessante para o homem”. (HOLANDA, 1996a, p. 38). Ainda em 1920, a propósito da tradução do *Fausto* de Goethe, Sérgio Buarque escreve uma crítica bastante elogiosa da tradução de Gustavo Barroso. (HOLANDA, 1996a, p. 77-89).

um laivo hermenêutico, expresso no próprio título e na oposição de Sérgio Buarque às definições cabais, quando se refere ao círculo hermenêutico e à reciprocidade entre as partes e o todo: “todos os nossos conhecimentos procedem, ao contrário, subordinando o singular ao universal [...]” (HOLANDA, 1996a, p. 216). Sérgio Buarque refere-se à interpretação essencialmente anti-dogmática da hermenêutica¹ e à pluralidade interpretativa que ela pode suscitar quando afirma que seu ponto de vista lhe sugere inúmeras possibilidades contra o dogmatismo e as definições mecânicas.

Sérgio Buarque, em busca do espontâneo e da vivacidade da história, fechava o ensaio clamando pela preservação do “mundo das essências mais íntimas” – intacto, irredutível e desdenhoso das invenções humanas –, pois não seria pela “experiência de elaborações engenhosas que nos encontraríamos um dia com nossa realidade”. Deve-se levar em conta ainda a forma de ensaio do livro. Somente considerando o ensaio como forma pode-se compreender melhor as teses de Sérgio Buarque.² Segundo a definição do escritor austríaco Robert Musil (1880-1942), o ensaio “é a forma única e inalterável que um pensamento decisivo toma à vida interior de um homem” (*apud* HARTOG, 2009, p. 148).

Em sendo um ensaio sobre a nação, ao recorrer à sua experiência particular ou interior, o sujeito, de certa forma, em si concentra as “essências mais íntimas” do caráter singular brasileiro (WEGNER, 2006, p. 339). Entre passado e futuro, entre particular e geral, imbuído de perspectivismo e historicidade, o ensaio buarquiano é uma narrativa histórica, interpretativa, que constitui sentido aos fatos narrados; desenvolvido cronologicamente, apresenta uma sequência contínua e coerente (começo, meio e fim), em que o fio condutor diz respeito ao lento, doloroso e recalcitrante, mas contínuo, processo de modernização. Desde a colônia (capítulos I a V, “Fronteiras da Europa”, “Trabalho e Aventura”, “O Passado Agrário” e “O Homem Cordial”) aos anos 1930

¹ Sobre a anti-dogmática hermenêutica, Joseph Bleicher (BLEICHER, 1980, p. 24-5), comentando as origens da hermenêutica, que tem na Grécia e no sistema educacional grego o seu berço, afirma que os primeiros protestantes, por meio da hermenêutica, levaram a cabo uma leitura anti-dogmática das Escrituras tal como operada até então pela Igreja de Roma. No entanto, ela não escaparia de um dogma secreto: “o pressuposto da unidade da Bíblia, presente no princípio hermenêutico que considera as partes inseridas no todo”.

² *Raízes do Brasil* aparece no cenário intelectual brasileiro em momento de profusão de interpretações e projetos sobre o país. Pouco antes, em 1928, Paulo Prado publicaria o *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, definido pelo autor como um “quadro impressionista” com objetivo de se “chegar à essência das coisas”. Talvez em resposta a isso Sérgio Buarque se questione a respeito da possibilidade ou não de uma “estrita objetividade” em um “estudo compreensivo”. De todo modo, a discussão sobre o ensaio denota que ele é mais afeito à multiplicação de elementos subjetivos de um autor que à somatória e demonstração de dados objetivos (PRADO, 1997, p. 85-6).

(capítulos VI e VII, “Novos Tempos” e “Nossa Revolução”), tem como marco de ruptura, de início da modernidade no Brasil o ano de 1888, data da Abolição, que “marca o fim do período agrário” (HOLANDA, 1936, p. 135). O fio condutor é, portanto, a *mudança histórica*. A mudança vislumbrada por Sérgio Buarque na vida nacional é a passagem do domínio rural para os centros urbanos:

a partir desta data [1888], tinham cessado de funcionar os freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável. [...] Daí por diante estava preparado o terreno para o novo sistema, com sua sede já não mais nos domínios rurais, mas nos centros urbanos (HOLANDA, 1936, p. 136).

Nos anos 1930, Sérgio Buarque demonstrava certa esperança em que os entraves do passado desvanecessem no tempo, a partir da mudança de rumos da nação, em processo de modernização. Uma das teses de *Raízes do Brasil*, sobre a incompatibilidade entre *cordialidade* (em vias de perder-se no passado) e *civilidade* (em vias de surgir como horizonte) ou sobre um déficit entre sociedade e Estado, apontava para a perspectiva democrática. O personalismo, caldo da cordialidade, deveria ser superado em favor de um Estado burocrático, impessoal, capaz de dirigir a vida brasileira em função do bem-comum. A civilidade seria condição necessária à democracia: “A bienveillance democrática é comparável à polidez; resulta de um comportamento social bem definido, que pretende orientar-se por um equilíbrio de egoísmos” (HOLANDA, 1936, p. 156). O que está em jogo, portanto, é um equilíbrio entre opostos – com base na *experiência* concreta brasileira. Por isso, não há desfecho programático e sim a miragem de um horizonte de esperança democrática.

A historicidade apresenta-se como um solo de visada epistemológico, que cria as condições de possibilidade de interpretação histórica na obra: entre o reclame da *experiência* histórica brasileira e a *expectativa* das virtualidades da modernização, oscila entre olhar para o passado (em que critica e atualiza a tradição e a herança ibérica) e entrever o futuro (quando aponta a possibilidade de modernização e democracia), mas não exhibe nenhuma proposta enfática ou sistemática de ação política: decide-se pelo movimento, pela experiência singular, pelo “ritmo espontâneo”, pelo “fluxo e refluxo” do tempo e da história. Trata-se de uma visão orgânica¹ e um modo genético de narrativa, que privilegia a apreensão da mudança temporal.

¹ Cf. a tese de João Eugênio Kennedy: “Possui um fio condutor que se desenvolve em espiral, e todas as partes se articulam entre si” (EUGÊNIO, 2010, p. 203).

Maria Odila Leite da Silva Dias está à frente de uma vertente crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda que o associa ao historicismo e à hermenêutica. Dois textos da autora inauguram essa matriz de crítica: *Sérgio Buarque de Holanda, historiador* (1985), sobre a trajetória intelectual do autor, e *Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda* (1988), que mais de perto nos interessa aqui. Além deles, mais recente, mas de teor igual, *Negação das negações: modernismo e história na obra de Sérgio Buarque de Holanda* (2008) aborda o estilo, a metodologia e as afinidades entre a militância modernista e o historicismo (e suas vertentes estetizantes de crítica da cultura, como em Burckhardt).¹

Para Maria Odila, a narrativa de Sérgio Buarque se define da seguinte maneira: “movimento, ritmos do tempo, palavras: um estilo que devassa o processo histórico” (DIAS, 1988, p. 73). O estilo, segundo a autora, é o principal instrumento interpretativo de Sérgio Buarque. O movimento do tempo e a espontaneidade, enfatizados pelo historiador, são uma espécie de contraponto ou negação da ciência positivista baseada em leis e causalidades. Essa negação é patente em *Raízes do Brasil*, primeira edição:

É realmente edificante a certeza que punham esses homens no triunfo final das novas ideias. O mundo acabaria irrevogavelmente por aceitá-las, só porque eram racionais, só porque a sua perfeição não podia ser posta em dúvida e se impunha obrigatoriamente a todos os homens de boa vontade e de bom senso. Nada haveria de deter e muito menos de anular o ascendente fatal de uma nova espiritualidade reclamada pelo conjunto das necessidades humanas. *Nossa história, nossa tradição eram recriadas de acordo com esses princípios inflexíveis [grifos meus]* (HOLANDA, 1936, p. 118-9).

Desde a militância modernista de Sérgio Buarque já se percebe a crítica do autor a toda forma de construtivismos, sobretudo em estética e política.² Em seu lugar, Sérgio Buarque opera de forma *organicista*,³ tanto incompatível quanto crítico ao mecanicismo.

¹ Sobre as disputas entre matrizes rivais na interpretação de *Raízes do Brasil*, ver EUGÊNIO (2010).

² Cf. “O lado oposto e outros lados”, artigo fundamental dos debates intramodernistas, de 1926, em que critica, sobretudo, o apostolado de Graça Aranha (“o lado oposto”) no modernismo brasileiro (mais Renato Almeida e Ronald de Carvalho): “[...] gente bem-intencionada e que esteja de qualquer modo à altura de nos impor uma hierarquia, uma ordem, uma experiência que estrangulem de vez esse nosso maldito estouvamento de povo moço e sem juízo. Carecemos de uma arte, de uma literatura, de um pensamento enfim, que traduzam um anseio qualquer de construção, dizem. E insistem sobretudo nessa panaceia abominável da *construção*. [...]O erro deles está nisso de quererem escamotear a nossa liberdade que é, por enquanto pelo menos, o que temos de mais considerável, em proveito de uma detestável abstração inteiramente inoportuna e vazia de sentido” (HOLANDA, 1996a, p. 224-228). Há uma ressonância dessas ideias em *Raízes do Brasil*: da crítica à “panaceia da construção” e defesa da “nossa liberdade”, no artigo, à atenção ao “ritmo espontâneo” e crítica aos esquemas autoritários sequiosos de organizar “nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude provada”, no livro (HOLANDA, 1936, p. 161).

³ Dois trabalhos consideram o viés organicista de *Raízes do Brasil*. São eles: GUERRA, A. *Raízes modernistas de Sérgio Buarque de Holanda*. *Revista de História*, n.1, p. 127-141, 1989; EUGÊNIO, J. K.

Recusa teorias e sistemas de ideias e trata – eis o *sentido* geral da obra – de reconstruir as tensões entre tradição e a mudança histórica. Abílio Guerra, ao perceber a sensibilidade romântica de Sérgio Buarque (acentuada após a viagem à República de Weimar), afirma que seu texto representa “um desejo enorme de captar a vida e a história em seu próprio momento de transformação” (GUERRA, 1988, p. 139).

Sérgio Buarque rejeita enfaticamente todas as soluções (acusa a todas de desapego da experiência brasileira) que se apresentam no momento: liberalismo, marxismo, integralismo, positivismo. Isso explica, em parte, o desfecho enigmático do livro, que não resolve suas tensões, nem muito menos apresenta programa. Avesso às teorizações e ao construtivismo político, o historicismo de Sérgio Buarque assenta-se na singularidade da experiência brasileira: “não existiria, à base dessa desconfiança no poder milagroso das ideias, um secreto horror à nossa realidade nacional?” (HOLANDA, 1936, p. 119). Ao final do livro, Sérgio Buarque defende a necessidade, para melhor compreensão do Brasil, de que se atente ao “nosso ritmo espontâneo” (HOLANDA, 1936, p. 161). As teorias importadas, em discordância com a *vida*¹ brasileira (nesse ponto, Sérgio Buarque critica o “liberalismo de fachada”), queriam se fazer “definitivas, eternas, indiscutíveis e universais” (HOLANDA, 1936, p. 127-8), válidas para julgar o atraso ou o progresso da nação.

Estes excertos de *Raízes do Brasil* demonstram o olhar de Sérgio Buarque de Holanda voltado para a *singularidade* da *experiência brasileira* e avesso às e teorizações e importação de esquemas de pensamento. Isso explica, em parte, o resguardo do autor quanto à proposição programática de soluções autoritárias. E, também, a forma genética de escrita da história: negar a experiência concreta seria “negar o nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e refluxo” (HOLANDA, 1936, p. 161). João Kennedy Eugênio apresenta uma explicação sucinta para o ritmo espontâneo buarquiano: “sem modelo, sem ruptura, uma continuidade substantiva: identidade *na* mudança, mudança *na* identidade” (EUGÊNIO, 2010, p. 20).

Ritmo espontâneo: o organicismo em *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010.

¹ O termo “vida” não é figurativo ou de somenos importância. Ao contrário, é central em *Raízes do Brasil*, e tomado de empréstimo da *Lebensphilosophie* (filosofia da vida) de Dilthey e Klages. “Tudo assim se engenhava na fabricação de uma realidade artificiosa e livresca, onde nossa vida verdadeira morria de asfixia. [...] quisemos viver fervorosamente contra nós mesmos, viver pelo espírito e não pelo sangue” (HOLANDA, 1936, p. 126).

Conforme Rüsen, no modo genético de explicação histórica, “a mudança é a essência e o que dá à história o seu sentido”. Esse tipo de narrativa histórica fornece uma direção para a mudança temporal do homem e do mundo. Rüsen exemplifica com a historiografia do historicismo, como o caso de Ranke, em que o tipo genético prevalece (RÜSEN, 2010, p. 103-4).

Em 1974, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) escreveu um ensaio notável, que serviria de prefácio a uma coletânea de textos do mais conhecido nome da “escola histórica” alemã, Leopold von Ranke (1795-1886). Intitulado “O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke” (HOLANDA, 1996), o texto pode ser lido também como uma espécie de testamento do autor sobre suas filiações, vinculações ou enraizamentos no que concerne à teoria e metodologia da história ou, mais a fundo, sobre sua própria atitude espiritual diante da realidade em seu caráter singular e dinâmico – histórico, em uma palavra. Não apenas porque, por acaso, tenha sido o último trabalho publicado em vida, mas pelo conteúdo, amplo domínio da matéria, por expandir o estudo sobre Ranke e historicizá-lo nos embates da “Escola Histórica”, pelo elogio à “tradição fecunda e gloriosa do historicismo” (HOLANDA, 1996, p. 214) e, principalmente, pela consonância entre o que entendia como a característica principal do historicismo e a sua própria concepção de história e prática historiográfica: a tradição espiritual representada por Leopold von Ranke “infensa, por sua própria natureza, a pretensões dogmáticas, pode renovar-se sem maiores dificuldades” (HOLANDA, 1996, p. 212).

Dois anos após o lançamento, na Alemanha, do *Geschichtliche Grundbegriff*, organizado por Reinhart Koselleck (1923-2006), ao lado de Otto Bruner e Werner Conze, Sérgio Buarque não apenas o tinha adquirido e estudado, como – desculpando-se pela digressão – faz dele uma resenha no final do ensaio sobre Ranke. O primeiro volume (na época, havia sido publicado somente o primeiro dos cinco volumes previstos, abrangendo verbetes entre A-D, em cerca de novecentas páginas) do *Léxico dos conceitos fundamentais da história*, que se encontra em sua biblioteca, hoje alocada em uma coleção especial da Biblioteca Cesar Lattes, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), está todo grifado e cheio de anotações nas margens, o que sugere uma leitura atenta e compromissada da parte de Sérgio Buarque. A menção à história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) de Koselleck não foi *en passant* ou por desejar exibir erudição e atualização. Antes disso, significava o reconhecimento de uma nova perspectiva. Sérgio Buarque animou-se com a história dos conceitos de Reinhart

Koselleck. Sobre o “monumental” dicionário, disse que representava uma maneira de “remoçar, sem traí-lo, o espírito da “escola” histórica alemã” (HOLANDA, 1996, p. 213).

Na leitura de Sérgio Buarque, o tema central do dicionário é a revolução no mundo dos conceitos na passagem dos séculos XVIII e XIX, correspondente à ruptura revolucionária da modernidade. Este aspecto da transformação histórica dos conceitos a partir da experiência neles condensada é vista como o traço original da abordagem, o que “o distingue de outras tentativas congêneres e, em particular, dos dicionários filológicos e filosóficos conhecidos” (HOLANDA, 1996, p. 213). Muito cara a Sérgio Buarque é a visão da história como mudança temporal, capaz de assegurar o sentido de liberdade no processo histórico e renovação e pluralidade interpretativa na escrita da história. Por isso, o entusiasmo e o elogio da história conceitual de Koselleck: “não pretende oferecer definições abstratas e exteriores à história, que pudessem prescindir das mudanças de significação ao longo do tempo” (HOLANDA, 1996, p. 214).

Sobre sua própria concepção de história, vale lembrar, Sérgio Buarque afiançaria, em 1976, em entrevista à revista *Veja*: “A história não é prisão ao passado. Ela é mudança, é movimento, é transformação” (COELHO, 1976). Ademais, desde sua obra de estreia, o ensaio de interpretação histórica *Raízes do Brasil* (1936), pode-se perceber o mesmo compromisso com uma visão de história imbuída de temporalidade complexa, que articula passado, presente e futuro; ou, melhor, articula, do ponto de vista do *presente*, a representação da experiência passada com vistas à sondagem das condições de possibilidade de futuro próximo. Principalmente isso: a experiência histórica em detrimento de sistemas de ideias fixas que não se dobram ao fluxo e refluxo de “nosso ritmo espontâneo” (HOLANDA, 1996, p. 161). Na mesma entrevista, Sérgio Buarque evoca o filósofo Benedetto Croce (1866-1952), representante na Itália do idealismo hegeliano, e sua famosa e sempre atual expressão, segundo a qual “toda história é história contemporânea” (CROCE, 2006, p. 29), para afirmar o iniludível enraizamento do pensamento histórico na realidade presente, assim como Croce, ao defender a história como pensamento e ação, diz que ela move-se “a partir da consciência presente do passado” (CROCE, 2006, p. 423).

Não apenas em relação à história conceitual de Koselleck Sérgio Buarque colocaria em evidência a sua própria compreensão de história e temporalidade histórica,

mas também em relação à característica mais central do historicismo¹ – de reação ao naturalismo, de um lado, e à filosofia especulativa, de outro –, que levava a uma “reflexão individualizante e historizante, isto é, tendente a mover-se de acordo com o curso imprevisível da história” (HOLANDA, 1996, p. 163) em lugar de postulados eternos e universais. De Ranke, Sérgio Buarque dizia, e assim também de certa forma se ligava a Ranke, defendendo-o das mais variadas acusações, que “só conhecia ideias *históricas*, “no tempo”, rejeitando como abstratas as ideias puras, permanentes, objetivas e absolutas, metafísicas e éticas” (HOLANDA, 1996, p. 190).

Esse argumento, mais outros arrolados no ensaio, servem para tentar desfazer o “mito” construído historicamente em torno de Ranke.² Sérgio Buarque replica àqueles que só conhecem de Ranke, como se sua única contribuição à historiografia fosse, a sua maneira de “apresentar o passado tal e como aconteceu” (*wie es eigentlich gewesen*): “é uma fórmula sem dúvida infeliz, porque sua redação pode dar margem a interpretações que não correspondem ao pensamento do autor e, em muitos casos, são radicalmente opostas a esse pensamento” (HOLANDA, 1996, p. 198). O que ele entende como a capacidade principal de Ranke é a mesma que seduzira Wilhelm Dilthey (1833-1911), que de Ranke elogia o seu ponto de partida empírico e o questionamento da possibilidade de o historiador partir de teorias gerais e abstratas para o conhecimento do particular.³ Sua especificidade estava, de acordo com o olhar de Sérgio Buarque, na capacidade de “desvendar grandes unidades de sentido, que irão dar àqueles sucessos [acontecimentos sucessivos] sua verdadeira significação histórica”. Ele se refere, portanto, à competência de escrita e apresentação da história, que em Ranke se

¹ O próprio Sérgio Buarque limita-se a dizê-lo, em lugar de arriscar uma difícil definição, “antes uma mentalidade do que um método”. Quando Sérgio Buarque utiliza o termo “mentalidade”, não se deve associá-lo à “história das mentalidades” praticada pelos *Annales*. Significa, antes disso, uma percepção histórica do mundo humano ou a relativização dos sistemas de valores e de orientação no fluxo imprevisível da história. Ele discute também as críticas antepostas ao historicismo, entre elas, a “anarquia de valores”, a “ausência de convicções”, a responsabilização pelas “deformações patológicas verificadas na história recente”, a acusação de “racismo” e “nacionalismo exacerbado”, e procura atenuá-las ou refutá-las. (HOLANDA, 1996b, p. 163-4). Para uma definição ou, antes, identificação da tese do historicismo, ver MARTINS (2002, p. 2): “Entende-se por “historicismo” a época de desenvolvimento da ciência histórica, na qual esta se constitui, como ciência humana e compreensiva, sob a forma de uma especialidade acadêmica”. Para uma discussão do historicismo, conceito amplo e polissêmico, ver MEINECKE (1987); IGGERS (1988); CROCE (2006); WEHLING (1994); BENTIVOGLIO (2010).

² Sérgio da MATA (2011, p. 248), professor de Teoria da História na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), afirma que em torno de Ranke, sobretudo no terreno da oralidade acadêmica (no Brasil, a partir dos anos 1980), erigiu-se um dos “mitos historiográficos” mais poderosos: “sobre ele sempre se fala e escreve, dele pouco (ou o que é mais comum, nada) se lê. O fim último desse mito do Ranke arquiopositivista seria a legitimação do “avesso de outro mito: o da “revolução” dos *Annales*”.

³ “Ele primeiro expôs de maneira completa o fato de a base de todo saber histórico, assim como o objetivo supremo desse saber, ser a apresentação do contexto singular da história” (DILTHEY, 2010, p. 50).

manifestava de maneira sobeja.¹ Se Dilthey diria de Ranke que este fora um grande artista (e nisso reside uma crítica de Dilthey ao objetivismo de Ranke), comparável a Goethe, capaz de representar a amplitude sensível do acontecimento singular (DILTHEY, 2010, p. 48-51), Sérgio Buarque ressaltaria a qualidade com que “depois de apreender os fatos particulares, sabia revivê-los em suas pulsações, para que se integrem, afinal, em quadros amplos, onde ganham nova dimensão e significado mais alto”. (HOLANDA, 1996, p. 169).

Por todos esses motivos, causa estranhamento em Sérgio Buarque que se tenha acostumado curiosamente a designar Ranke – “o oposto de um simples cronista” e avesso às abstrações filosóficas –, em outros contextos intelectuais que não o alemão, como um “positivista”.² Na Alemanha, ao contrário, o nome de Ranke teria passado a designar oposição ao empirismo não filosófico e com raízes no idealismo. Sérgio Buarque bem conhecia a filosofia positivista, como atestam as críticas a ela – e à importação descabida dela para o contexto brasileiro do início do século XX – descidas em seu livro de estreia. Para ele, o positivismo despreza os condicionamentos históricos concretos e particulares. A importação do ideário positivista para o Brasil é representativa da afetividade dos homens de letras brasileiros pelas formas fixas e leis gerais ao mesmo tempo em que se nutre um secreto horror à realidade. Entende-se o sucesso do “sistema de Comte” na América Latina (Brasil, Chile, México), segundo a lógica do personalismo, pelo “repouso que permitem ao espírito as definições irresistíveis e imperativas” desse sistema:

É realmente edificante a certeza que punham esses homens no triunfo final das novas ideias. O mundo acabaria irrevogavelmente por aceitá-las, só porque eram racionais, só porque a sua perfeição não podia ser posta em dúvida e se impunha obrigatoriamente a todos os homens de boa vontade e de bom senso [...] Nossa história, nossa tradição eram recriadas de acordo com esses princípios inflexíveis (HOLANDA, 1996, p. 118-9).

Não apenas aos positivistas ele direcionava sua crítica, mas a todos os sistemas de pensamento importados durante o século XIX e sem raízes na vida brasileira, como os

¹ Sobre a questão da escrita da história, Ranke disse: “A história distingue-se das demais ciências por ser, simultaneamente, arte. Ela é ciência ao coletar, achar, investigar. Ela é arte ao dar forma ao colhido, ao conhecido e ao representá-los”. (*Apud* RÜSEN, 2010, p. 18).

² Em outro trabalho, Sérgio da Mata afirma que, à sua época (1974), o artigo de Sérgio Buarque de Holanda sobre Ranke não poderia ter realizado o intento a que se propunha, pois: “não obstante o entendimento geral a respeito de conceitos como positivismo e historicismo no Brasil estivessem então contaminados por toda sorte de interferência extrateórica, elegeu-se um nome para simbolizar tudo aquilo que a historiografia do século XX pretendia ter deixado para trás: Leopold von Ranke” (MATA, 2011, p. 248).

liberais, evolucionistas, progressistas, enfim, aos letrados em geral e seu apego excessivo às formas a-históricas e amor ao passado enquanto tal:

o grande pecado do século passado foi justamente ter feito preceder o mundo das formas vivas do mundo das fórmulas e conceitos [...] Essa opinião enganosa tomou vulto depois de incentivada a crença no mito do progresso, com o êxito do comtismo, do spencerismo, do marxismo e de tantas ideologias semelhantes. (HOLANDA, 1936, p. 147).

A questão crítica, nesse ínterim, é que a forma de reconstrução do passado obrada por esses tradicionalistas ignorava a historicidade própria do Brasil, o tempo brasileiro no concerto das nações. A crítica a estes grupos está centrada na consideração da experiência histórica concreta. Positivistas, evolucionistas e marxistas, segundo o ponto de vista de Sérgio Buarque, desconsideravam a *historicidade* e a espontaneidade de uma história que, ao se movimentar do singular para unidades mais amplas de sentido, não se poderia submeter a modelos e conceitos ou sistemas filosóficos inflexíveis. A história *viva*, acompanhando “nosso ritmo espontâneo” era, portanto, o centro de interesse de Sérgio Buarque. Um exemplo mais ou menos radical (mas não sem propósito, afinal, Sérgio Buarque também criticava o passadismo tradicionalista de intelectuais católicos, representados por um Tristão de Athayde, que reagem ao modernismo) pode ser útil para tornar mais claro este argumento: “as épocas realmente vivas nunca foram tradicionalistas por deliberação. A escolástica na Idade Média era *viva* porque era *atual*” (HOLANDA, 1936, p. 7).

Essas duas expressões – vivacidade e atualidade, marcantes na crítica historiográfica aos positivistas – são fundamentais no pensamento histórico de Sérgio Buarque de Holanda de *Raízes do Brasil*, que se erija do ponto de visagem de seu presente, ou seja, a partir da imersão em seu próprio contexto de orientação em processo de transformação. Elas são informadas na teoria hermenêutica ou teoria da interpretação como epistemologia e metodologia das ciências humanas e sociais (*Geisteswissenschaften*). De Wilhelm Dilthey (1833-1911) já se disse que foi o maior filósofo do século XIX. Ortega y Gasset, no seu *Aurora de la “razón histórica”*, apresentava a novidade de Dilthey: “[...] Dilthey, o maior pensador que teve a segunda metade do século XIX, fez a descoberta de uma nova realidade: a vida humana” (ORTGA Y GASSET, 1996, p. 233).

Ao positivismo, Dilthey opôs a “filosofia da vida” (*Lebensphilosophie*), ou seja, aquela que entende a realidade como constituída somente por fatos da consciência em

seu fluxo vital e temporal, sem estarem desconectadas da realidade exterior. O sujeito diltheyano parte do homem real, sensível e concreto. A filosofia da vida de Dilthey, baseada na experiência vivida, explica os critérios distintivos entre ciências naturais e ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*), bem como as condições de possibilidade e validade destas. O que Ortega y Gasset quer dizer com a “descoberta” de Dilthey é que a filosofia a partir dele passa a se dobrar à historicidade (*Geschichtlichkeit*) do homem (como ser histórico, finito) e do saber (como relatividade consequente).

Depois de Dilthey, a hermenêutica, antes restrita a áreas mais específicas, como a exegese bíblica, a filologia ou o campo jurídico, expande-se e generaliza-se na direção de todos os estudos humanísticos, incluindo a psicologia, a arte e a história, por exemplo. Isso se deve ao esforço do autor em fundamentar as ciências do espírito em total autonomia em relação às ciências naturais. Para Dilthey, a explicação (*Erklärung*) é operação específica das ciências naturais, enquanto o procedimento básico das ciências humanas é a compreensão (*Verstehen*) das manifestações da vida. A compreensão é colocada, então, na base do fundamento do método histórico, no tempo em que a história constituía-se como campo autônomo do saber. Antes dele, a *Historik* (1882) de J. G. Droysen (1808-1884), no seio da escola histórica alemã, propõe distinção entre explicação e compreensão, distinção que seria retomada e reelaborada por Dilthey. Ambos, Droysen e Dilthey, na esteira da hermenêutica romântica de F. Schleiermacher (1768-1834), seriam críticos do positivismo e sua metafísica tanto quanto de Ranke e seu objetivismo eunuco. Em seu lugar, respectivamente, colocava-se então o perspectivismo e a interpretação.¹

¹ Embora tenha-se ressaltado anteriormente um elogio de Dilthey, tanto quanto de Sérgio Buarque, ao estilo rankeano, o hermenêuta alemão possui, mesmo falando de dentro da escola histórica, uma crítica contundente ao historicismo de Ranke. Para Dilthey, Ranke e a escola histórica, ao invés de questionar as bases do trabalho que realizavam, contentavam-se somente em produzir. Os historiadores, então, acreditavam que elevar o conhecimento histórico à condição de ciência era garantir o rigor do método crítico das fontes. Mas, de outro lado, Gadamer vê em Dilthey o crítico enredado pelo próprio alvo de suas críticas. H-G. Gadamer diz que Dilthey, tal como criticou os métodos das ciências naturais, defendeu o ideal de se alcançar um conhecimento objetivo nos estudos históricos, que poderiam ser designados “ciências”, embora “ciências humanas”. Nesse ponto é que ele vê um Dilthey enredado pelo objetivismo defendido pela escola histórica, contra a qual Dilthey levantara diversas críticas (PALMER, 1969, p. 180-2). Quanto a Sérgio Buarque, apesar do evidente elogio a Ranke, não se pode deixar de lado que o texto trata do atual e do *inatural* do pensamento rankeano. Sérgio Buarque sublinha por exemplo os críticos de Ranke que nele viram o historiador do exclusivamente político e das minorias dominantes, bem como o que expulsou da história moderna as nações que não pertenceram à civilização ocidental nem ao catolicismo e protestantismo (HOLANDA, 1996b, p. 186-7).

A vida, em Dilthey, é também histórica, e não apenas abstrata, sistemática ou transcendente. A possibilidade de conhecimento, em ciências humanas, apoia-se na *experiência vivida*. Seu objeto, o *mundo histórico*. Para se conhecer o mundo interior do homem, deve-se dar a volta na história, forma de objetivação da experiência vivida:

É em torno da vida que gira todo o ruído exterior à história. [...] E é neste mundo espiritual que se movimenta em nós de maneira criadora, e somente nele, que a vida possui seu valor, seu fim e sua significação (DILTHEY, 2010, p. 23).

Dilthey, ele mesmo autor de um trabalho sobre a *Vida de Schleiermacher* (1870), dá continuidade à preocupação com a experiência vivida. Contudo, as preocupações de seu mestre estão fortemente imbuídas de psicologismo e subjetividade. Partindo dele, somente aos poucos o herdeiro vai-se distanciando da psicologia para fundamentar um *método* hermenêutico (a partir da fórmula experiência-expressão-compreensão) para as ciências humanas. A compreensão do homem era, para Dilthey, a recuperação da consciência de historicidade da existência humana, em vias de perder-se nas categorias científicas estáticas. A autocompreensão do homem é, portanto, histórica (temporal): deve ser entendida, assim como o acontecimento histórico singular, em relação ao contexto do passado e o horizonte de possibilidades futuras. Seu contributo à hermenêutica foi colocá-la no horizonte da *historicidade* (termo cunhado por ele próprio), operação fundamentalmente dissociada da quantificação, esta atrelada ao mundo científico natural (PALMER, 1969, p. 128).

Em Sérgio Buarque de Holanda, a noção de vida, carregada de mobilidade e fluidez, invalidaria a pretensão teleológica positivista, prevendo a não realização do triunfo dos preceitos racionais puros, ao que se seguia, por consequência, uma crítica ao mito do progresso. A realidade complexa deveria ser compreensível através de sua racionalidade histórica intrínseca. Não quero dizer que negasse por completo o racionalismo nem opusesse a ele a “filosofia da vida”. Apenas desejava que as fórmulas abstratas não abafassem a espontaneidade do ritmo. A recusa do excesso de racionalismo, em Buarque de Holanda, é uma investida, portanto, de historicidade:

Em verdade o racionalismo excedeu os seus limites somente quando ao erigir em *regra suprema os conceitos* assim arquitetados, separou-os irremediavelmente da vida e criou com eles um sistema lógico, homogêneo, ahistórico [grifos meus] (HOLANDA, 1936, p. 147).

Não seria, cerca de 40 anos depois de traçadas essas linhas, a mesma noção de historicidade e movimento da história segundo seu próprio ritmo espontâneo o que animava o entusiasmo de Sérgio Buarque com a história dos conceitos de Reinhart Koselleck? A resposta à questão só pode ser positiva. Indubitável, se se prestar atenção, na resenha que o autor brasileiro fez do *Léxico dos conceitos fundamentais da história*, à seguinte passagem, citada por Sérgio Buarque da introdução do dicionário: “Todos os conceitos em que, do ponto de vista semiótico, se congregue todo um processo esquivam-se à definição: só o que não tem história é definível” (HOLANDA, 1996, p. 214). Assim, o elogio de Sérgio Buarque ao monumental empreendimento de Koselleck ressalta que o autor alemão não pretende oferecer definições abstratas e exteriores à história, mas que sua originalidade está em considerar os conceitos e a mudança de significação dos conceitos ao longo do tempo ou como um conceito se volta contra seus próprios pressupostos. Um conceito não é inalterável, não é um centro fixo e estável, deve ser entendido como um objeto imerso na temporalidade. Isso de certa forma converge com a sua noção particular de história – “mudança, movimento, transformação”, como pronunciou na entrevista de 1976.

O próprio Sérgio Buarque, portanto, em seu último texto, formula uma espécie de “testamento intelectual” em que se liga, voluntariamente, à escrita da história historicista alemã do século XIX e início do século XX. Para uma melhor compreensão de seus métodos de investigação e das peculiaridades de sua narrativa, “O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke” (1974) oferece uma importante ancoragem do autor, quando abertamente rasga o elogio à tradição “fecunda e gloriosa” do historicismo. (HOLANDA, 1996, p. 212). Como se vê, a aposta na capacidade de *mudança* histórica é contínua (não estanque) na obra de Sérgio.

Raízes do Brasil permanece um livro atual, na condição de clássico, em nível de teoria e metodologia da história e em termos de resposta à visão oculta de democracia no país como algo dispensável e não como valor solidificado (mesmo que nunca acabado). Revisitar o “futuro passado” latente no clássico pode ainda responder a carências de nosso tempo.

Recebido em: 31/05/2012

Aceito em: 06/07/2012

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, F. Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda: ensaio sobre sua formação intelectual. In: *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Sec. da Cultura, USP, IEB, 1988, p. 27-54.
- BENTIVOGLIO, J. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a Escola Histórica prussiana e a *Historische Zeitschrift*. *Revista de Teoria da História*. Ano 1, número 3: 20-58, jun., 2010.
- BLEICHER, J. *Hermenêutica contemporânea*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- CANDIDO, A. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1977, pp. xi-xxii.
- _____. Sérgio em Berlim e depois – introdução. In: HOLANDA, S. B. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Francisco Assis Barbosa (org.). Rio de Janeiro: Rocco, 1989, pp. 119-129.
- CARVALHO, Marcos Vinicius. *Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, IFCH. Campinas, SP, 1997.
- COELHO, J. M. A democracia é difícil. Entrevista com Sérgio Buarque de Holanda. In: Sérgio Buarque de Holanda. Org. Renato Martins. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009 (Encontros), pp. 84-93 [Originalmente publicado na Revista *Veja*, jan., 1976].
- CROCE, B. *História como história da liberdade*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- DIAS, M.O.L.S. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. In: HOLANDA, S.B. *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985 (Col. Grandes Cientistas Sociais, n. 51).
- _____. Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Universidade de São Paulo, 1988.
- _____. Negação das negações: modernismo e história na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: EUGÊNIO, J.K.; MONTEIRO, P.M. (orgs.) *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Eduerj, 2008, p. 317-348.
- DILTHEY, W. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo: UNESP, 2010.
- EUGÊNIO, J. K. *O outro Ocidente: Sérgio Buarque de Holanda e a interpretação do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, 1999.
- _____. *Ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010.

GUERRA, A. Raízes modernistas de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista de História*, n.1, p. 127-141, 1989.

HARTOG, F. Entrétién avec François Hartog. In: DELACROIX, C.; GARCIA, P.; DOSSE, F. (Orgs.) *Historicités*. Paris: La Découverte, 2009.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1936.

_____. *O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária I (1920-1947)*. Antonio Arnoni Prado (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

_____. O lado oposto e outros lados. In: *O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária I (1920-1947)*. Antonio Arnoni Prado (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996a, p. 224-228.

_____. Perspectivas. In: *O Espírito e a Letra: estudos de crítica literária I (1920-1947)*. Antonio Arnoni Prado (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996a, p. 212-216.

_____. O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke. In: HOLANDA, S.B. *O livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

IGGERS, G. *The german concept of history: the national tradition of historical thought from Herder to the present*. Londres: Wesleyan University Press, 1988.

MARTINS, E.R. Historicismo: tese, legado, fragilidade. *História Revista*, UFG, n. 7: 1-22, jan./dez. 2002.

MATA, S. Ranke reloaded: entre história da historiografia e história multiversal. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n.6, mar. 2011.

MATA, S. Apresentação de Leopold von Ranke. In: MARTINS, E. R. *A história pensada: teoria e método na historiografia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 187-202.

MEINECKE, F. *El historicismo y su genesis*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1987.

NICODEMO, T. *Alegoria Moderna: consciência histórica e figuração do passado na crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda*. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH – Universidade de São Paulo (USP), 2010.

ORTEGA Y GASSET, J. Aurora de la 'razón histórica'. In: *La razón histórica*. Alianza editorial, Madrid, 1996.

PALMER, R. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1969.

PRADO, P. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RÜSEN, J. Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história. In: SALOMON, M. (Org.) *História, verdade e tempo*. Chapecó, SC: Argos, 2011, p. 263

RÜSEN, J. *Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da nova intransparência*. História: Questões e Debates, UFPR, v. 10, n. 18/19, 1989, pp. 303-328.

_____. *Rethoric and aesthetics of history: Leopold von Ranke*. History and Theory, Vol. 29, No. 2 (May, 1990), pp.190-204.

_____. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001.

_____. *Reconstrução do Passado – Teoria da História II: Os Princípios da Pesquisa Histórica*. Brasília: Editora UnB, 2007.

_____. *História viva – Teoria da História III: Formas e funções do conhecimento histórico*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

_____. *Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história*. História da Historiografia, n. 2, mar., 2009, p. 163-209.

_____. *Narrativa histórica: fundamentos, tipos, razão*. In: BARCA, I.; MARTINS, E.R.; SCHMIDT, M. A. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, pp. 93-108.

WEHLING, A. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho; Niterói, Ed. UFF, 1994.

_____. *Notas sobre a questão hermenêutica em Sérgio Buarque de Holanda*. In: EUGÊNIO, J.K.; MONTEIRO, P. M. (Orgs). *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas*. Campinas, SP: Ed. Unicamp; RJ: Eduerj, 2008, p. 387-396.